

Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções

RELATÓRIO E CONTAS

<u>2021</u>



1. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

Economia

Economia Mundial

Na recente atualização do World Economic Outlook (WEO), em 25 de janeiro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) apontou para um crescimento da economia mundial de 5,9% em 2021, depois da contração de 3,1% observada em 2020 — provocada pela grave crise pandémica que assolou todo o globo —, tendo cortado a projeção de crescimento para 2022, de 4,9% para 4,4%. A variante Ómicron, as dificuldades de fornecimento, a escalada da inflação e a elevada incerteza tornaram a recuperação da grave crise provocada pela pandemia da Covid-19 mais lenta do que o esperado pelo Fundo em outubro. O FMI explica que a revisão em baixa para 2022 ficou a dever-se, no fundamental, ao corte de perspetivas para os EUA e a China, sublinhando também o cenário menos positivo para a Alemanha.

Economia da Zona Euro

A atividade económica na região arrancou 2021 condicionada pelo confinamento adotado no início do ano, tendo contraído ligeiramente no 1.º trimestre e registado uma nova recessão técnica, mas regressando posteriormente aos crescimentos, com o PIB trimestral da região, no 4.º trimestre, a recuperar, finalmente, das perdas da pandemia, fazendo novos níveis máximos históricos. O crescimento médio anual da Zona Euro em 2021 foi de 5,2%, depois da forte contração de 6,5% em 2020, prevendo-se uma expansão em torno de 4,2% para 2022, mas com estas previsões a permanecerem rodeadas de incerteza, resultante, designadamente, da evolução da situação pandémica.

Ao longo do ano de 2021, o Banco Central Europeu (BCE) manteve a sua política monetária bastante expansionista, a qual tinha sido intensificada em 2020, com o intuito de mitigar o impacto da pandemia de Covid-19 sobre a economia, mas tendo no final do ano começado a preparar o mercado para a aproximação do momento da retirada gradual dos estímulos monetários — num contexto de elevada inflação [média anual de +2,6% em 2021, em marcada aceleração face aos +0,3% em 2020, com a inflação homóloga a atingir os +5,0% em dezembro de 2021 (e a voltar a subir já em janeiro deste ano, para +5,1%, renovando níveis máximos desde junho de 1992), embora refletindo, em grande medida, a evolução dos preços da energia] —, com o primeiro momento dessa gradual retirada de estímulos a ocorrer no final de março de 2022, com o término do programa de compra de ativos devido à emergência pandémica (pandemic emergency purchase programme — PEPP).

Economia Portuguesa

O PIB português cresceu 4,9% em 2021, ficando acima da maioria das estimativas, refletindo um crescimento acima do esperado no derradeiro trimestre do ano, mas, sobretudo, uma revisão em alta dos dados do início do ano. Tratou-se do mais elevado crescimento desde 1990, mas que ocorre após a diminuição histórica de 8,4% em 2020 (superior à recessão acumulada durante a intervenção da Troika), na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia da Covid-19 na atividade económica.

Este regresso da economia aos crescimentos em 2021 foi acompanhado de uma redução da taxa de desemprego (dos 7,0% de 2020 para 6,6% em 2021), de um agravamento da taxa de inflação (medida pelo IHPC, de -0,1% em 2020 para +0,9% em 2021), ainda que bem menos intenso que o observado na generalidade dos países da Zona Euro, de algum alívio das finanças públicas (redução do défice orçamental e do rácio da dívida pública), embora também de agravamento do défice da balança corrente, com a taxa de



poupança dos particulares, por seu lado, a começar a diminuir, depois da marcada subida observada em 2020, então bastante influenciada pela quebra do consumo originada pelo contexto de pandemia.

A economia portuguesa deverá manter a sua trajetória de recuperação durante 2022, estimando-se um crescimento real do PIB de 5,5%, embora com um progressivo abrandamento dos crescimentos em cadeia ao longo do ano, para ritmos mais próximos dos historicamente observados. O crescimento económico em 2022 irá continuar a beneficiar de uma política monetária ainda favorável e da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com o PIB a dever retomar o nível pré-pandemia em meados do ano, mais dinamizado pelo investimento e pela procura externa, e com menor contributo do consumo privado e do consumo público.

A evolução da pandemia continua a representar um risco descendente, assim como a incerteza sobre a evolução da inflação e o respetivo impacto nas políticas económicas e ainda a incerteza geo-política.

Outras economias

Em **Angola**, o PIB intensificou bastante o ritmo de queda em 2020, para 5,5% (-0.7% em 2019), refletindo, essencialmente, o impacto da crise económica causada pelo Covid-19, com o FMI a estimar uma ligeira subida em 2021, de 0,1% e uma aceleração em 2022, para 2,9%. Já para **Cabo Verde**, e refletindo, igualmente, o impacto da pandemia, depois da forte queda de 14,8% estimada para 2020, o FMI estima uma subida de 4,0% em 2021, seguida de uma aceleração em 2022 para 6,5%.

Mercados financeiros

Em 2021 observou-se, de um modo geral, a manutenção da trajetória de recuperação do sentimento dos mercados iniciada em 2020, após um comportamento marcadamente desfavorável observado nos primeiros meses de 2020 — muito afetado pelo efeito inicial da pandemia —, com os preços dos ativos a continuarem a beneficiar, durante grande parte do ano, das baixas taxas de juro, da recuperação económica observada e perspetivada, da recuperação dos resultados das empresas e das perspetivas e do próprio desenrolar do processo de vacinação contra a Covid-19.

Esta recuperação estendeu-se mesmo às ações do setor bancário europeu, que seguiram a recuperação iniciada no setor nos mercados americanos ainda em 2020, beneficiando das crescentes perspetivas de impactos mais moderados da pandemia sobre as imparidades, da maior probabilidade atribuída a subidas das taxas diretoras dos principais bancos centrais e dos ganhos de eficiência obtidos.

Não obstante, o ano de 2021 continuou a ser marcado pela incerteza em torno da evolução da pandemia e dos impactos (económicos e financeiros) das variantes que foram surgindo (como a Delta e a Ómicron), num contexto de agravamento dos preços (da generalidade das *commodities* e, em especial, da energia) e das expectativas de inflação à escala global, aumentando, assim, a incerteza em torno do crescimento económico e das decisões de política monetária e, já mais próximo do final do ano, provocando um aumento das expectativas de concretização, mais célere que o anteriormente antecipado, do gradual processo de alívio dos estímulos monetários (mais célere nos EUA que na Zona Euro).

Os principais **índices de ações** dos EUA registaram o 3.º ano consecutivo de fortes retornos anuais, impulsionados pelos estímulos orçamentais e monetários, com o S&P 500 (+26,9% em 2021) a reportar o melhor desempenho em três anos seguidos desde 1999. Já na Europa, o Stoxx 600, que agrega as maiores empresas europeias, fechou o ano a ganhar 22,3% e o português PSI-20 valorizou 13,7%, naquele que foi o melhor desempenho anual desde 2017. O índice MSCI global subiu 16,8%, fechando o ano próximo dos níveis máximos históricos registados em 16/11/2021. As **yields da dívida pública de referência** subiram na



Alemanha no curto prazo (2 anos) e no longo prazo (10 anos), mas mais intensamente no último caso (+39 p.b., para -0,177%), tendo também aumentado nos EUA e ainda mais intensamente (nos 10 anos, +60 p.b. para 1,510%). Os *spreads* de crédito apresentaram movimentos ligeiramente favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, num contexto de movimentos ascendentes nos *spreads* dos países periféricos da Zona Euro, com a Grécia a destacar-se pela negativa (+32 p.b., para um *spread* de 152 p.b.) e Portugal pela positiva, com o menor agravamento (+4 p.b., para 64 p.b.), com o agravamento a resultar, nomeadamente, das expectativas de compras de dívida pública em 2022 por parte do BCE. As taxas *Euribor* apresentaram ligeiras descidas (-3 p.b. nos 3 meses, -2 p.b. nos 6 meses e -0.2 p.b. nos 12 meses), fechando o ano perto dos níveis mínimos históricos em todos os prazos (nos 3 meses observados no dia 10 de dezembro, nos 6 meses em 9 de dezembro e, nos 12 meses, em 2 de fevereiro de 2021). Referir também que os índices gerais de *commodities* registaram fortes subidas, com o índice compósito CRB Index a avançar 38,5% e o GSCI 37,1%, sendo suportado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que exibiu a maior subida, de 53,6%, num contexto de aumentos dos preços do brent e do WTI superiores a 50%), dos metais de base, das agrícolas e do gado, sendo apenas penalizado pelos metais preciosos.

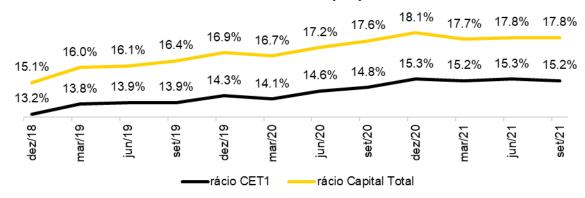
Sistema financeiro

O ano de 2020, marcado pelo contexto de crise sanitária e económica, devido à pandemia de covid-19, representou um verdadeiro teste à resiliência de todos os agentes económicos, incluindo os bancos, que se confrontaram, e continuaram de resto a confrontar-se ao longo de 2021, com um enquadramento incerto. Ao nível do setor bancário, os impactos da pandemia interromperam a trajetória de recuperação que vinha a ser traçada.

O ano de 2017 tinha sido marcado pela capitalização do sistema bancário português, designadamente através da: i) realização de uma operação de aumento de capital pelo BCP (1,3 mil milhões de euros); ii) concretização da 1.ª e 2.ª fases do plano de recapitalização da CGD, no montante acumulado de 4,444 mil milhões de euros; iii) conclusão da oferta pública do CaixaBank sobre o BPI; iv) operação de aumento de capital da Caixa Económica Montepio Geral (250 milhões de euros); v) aquisição do Banco Popular pelo Banco Santander S.A. no âmbito de uma medida de resolução aplicada ao primeiro e vi) conclusão da venda do Novo Banco à Lone Star. Já o ano de 2018 foi marcado pela estabilização, tendo apenas sido finalizada a última fase do plano de recapitalização da CGD, através da emissão de 500 milhões de euros de valores mobiliários representativos de fundos próprios de nível 2. Por sua vez, 2019 tinha sido o ano de consolidação dos lucros dos principais intervenientes do sistema bancário português.

No contexto da atual crise pandémica, os reguladores anunciaram várias medidas de apoio às instituições financeiras, designadamente a medida do BCE de alívio temporário dos requisitos de capital exigidos aos bancos (março de 2020), que se traduz na possibilidade de as instituições poderem operar temporariamente com níveis de capital abaixo da recomendação de fundos próprios e da reserva combinada de fundos próprios.

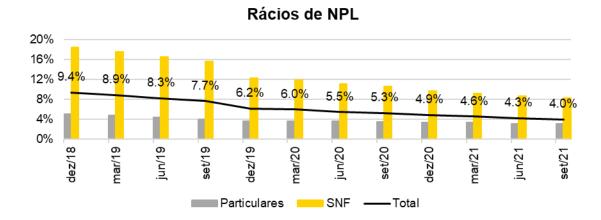
Rácios de fundos próprios





Fonte: Banco de Portugal

A 30 de setembro de 2021, o rácio de capital total dos bancos do setor português diminuiu para 17,8% face a 18,1% registados no final de 2020 (16,9% no fim de 2019), com destaque para a redução dos fundos próprios adicionais de nível 1 (AT 1) que diminuíram 0,1 p.p. face ao valor de 31 de dezembro de 2020. O rácio CET 1 situou-se em 15,2% em setembro de 2021, o que compara com 15,3% no fim de 2020 (14,3% no fim de 2019). A evolução destes rácios releva o impacto do aumento de 1% nos ativos ponderados pelo risco ao nível do setor. O rácio de alavancagem diminuiu 0,4 p.p. face ao final de 2020, atingindo 7,3% (7,9% em 31 de dezembro de 2019), confortavelmente superior ao limite de mínimo de 3% definido pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia a partir de 28 de junho de 2021.



Fonte: Banco de Portugal

Apesar da crise sanitária iniciada em 2020, o processo de redução dos empréstimos não produtivos (NPLs) no sistema bancário manteve a sua trajetória, uma vez que os fatores contributivos para uma eventual subida do numerador foram, pelo menos para já, mitigados por medidas como as moratórias públicas e privadas. O rácio NPL manteve a tendência de descida e de convergência para a média europeia, atingindo, no fim do terceiro trimestre de 2021, o valor de 4,0%, o que corresponde a uma redução de 0,9 p.p. face ao final do ano de 2020 (2,2 p.p. face ao final de 2019). No final do terceiro trimestre de 2021 o stock de NPLs era 1.372 milhões de euros (-9,5%) inferior ao registado no final de 2020. Em termos setoriais, o rácio NPL do setor não financeiro (SNF) atingiu 8,3%, o que corresponde a uma melhoria de 1,4 p.p. face ao valor do final de 2020, enquanto o rácio referente aos particulares reduziu 0,3 p.p. entre os períodos mencionados, atingindo 3,1%.

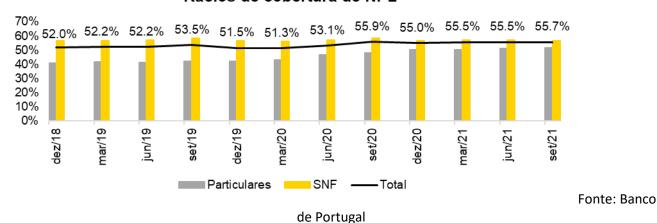
O rácio NPL líquido de imparidades atingiu 1,8% em 30 de setembro de 2021, o que compara com 2,2% no fim de 2020.

O rácio de cobertura dos NPL por imparidades registou um aumento de 0,7 p.p. para 55,7% no final do terceiro trimestre de 2021, com o segmento das SNFs a registar um rácio de 56,7% e os particulares de 51,6%, correspondendo a evoluções positivas de 0,3 p.p. e 1,3 p.p., respetivamente.

Apesar das boas condições de liquidez, a dificuldade em gerar rendibilidade continua a ser um dos maiores desafios enfrentados pelos bancos a nível global, fenómeno ao qual os bancos portugueses não são alheios. Contudo, os bancos portugueses conseguiram recuperar a rendibilidade perdida em 2020, devido, maioritariamente, ao impacto da pandemia no reconhecimento de imparidades e nas condições de transacionalidade, apesar da dificuldade em gerar margem financeira num cenário de taxas de juros baixas, com a rendibilidade anualizada

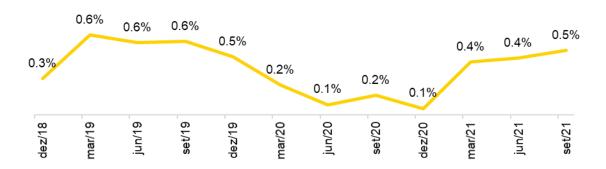


Rácios de cobertura de NPL



do ativo (ROA) do setor a situar-se em 0,5% nos primeiros nove meses de 2021, o que compara com 0,1% em dezembro de 2021. A recuperação do ROA em 30 de setembro 2021 face ao período homólogo de 2020 traduz, entre outros fatores, a evolução do custo do risco de crédito que reduziu 0,6 p.p. para 0,4% e do rácio *cost-to-income* que diminuiu 4,8 p.p. para 53,3%.

Rendibilidade do ativo



Fonte: Banco de Portugal

Em termos de balanço do sistema bancário português o total do ativo, em 30 de setembro de 2021, situou-se 28,9 mil milhões de euros acima do valor do fim de 2020, evidenciando o aumento dos empréstimos a clientes (8,9 mil milhões de euros), suportado no aumento do passivo em 27,4 mil milhões de euros impulsionado pelos depósitos de clientes que registaram um aumento de 18,6 mil milhões de euros. O rácio de transformação (LtD) reduziu 2,2 p.p. situando-se em 82,5% em 30 de setembro de 2021 enquanto os títulos de dívida pública portuguesa registados em balanço reduziram 1,5 mil milhões de euros entre os referidos períodos.



No WEO de 25 de janeiro, o FMI considera que os riscos para as perspetivas de crescimento são descendentes, identificando o aparecimento de novas variantes da Covid-19, que pode levar a um prolongamento da pandemia e a novas perturbações económicas, com potenciais impactos nos sistemas financeiros e bancários, defendendo que o acesso mundial a vacinas, testes e tratamentos é essencial para reduzir o risco de novas variantes. Assinala também que as perturbações nas cadeias de abastecimento e volatilidade nos preços da energia e pressões salariais localizadas leva a que a incerteza em torno da inflação seja elevada, a que acrescem riscos para a estabilidade financeira e para os fluxos de capitais, moedas e situações orçamentais dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento com uma possível subida das taxas de juro nas economias avançadas. O FMI alerta ainda que outros riscos globais se podem materializar devido às tensões geopolíticas (v.g., no Leste da Europa e na Ásia) e à emergência climática.

Ao nível nacional, a economia portuguesa deverá manter-se condicionada pela pandemia e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais, com o aumento dos riscos políticos domésticos e internacionais e do risco de maiores perturbações nos mercados financeiros. As perspetivas de inflação no país estão também rodeadas de riscos ascendentes, que decorrem, sobretudo, da possibilidade de uma maior transmissão dos aumentos dos preços das matérias-primas e dos bens intermédios aos preços no consumidor. A subida recente da inflação, a par das dificuldades de recrutamento em alguns setores, poderá traduzir-se em pressões mais fortes sobre os salários do que as consideradas nas atuais previsões. Numa análise recente, a CMVM realça que o eventual aumento da taxa de inflação e das taxas de juro poderá inverter o ritmo de ganhos no mercado acionista. Essas correções de preços poderão ser exacerbadas pela excessiva alavancagem de alguns investidores, que poderão ser forçados à alienação de posições. O expectável início da normalização da política monetária, as pressões inflacionistas, o phasing out de apoios públicos a famílias e empresas e o fim das moratórias serão desafios particularmente relevantes em 2022, uma vez que poderá assistir-se à deterioração da situação financeira das famílias e Estados e ao avolumar de insolvências em alguns setores de atividade. Ou seja, continuarão a ser relevantes os apoios que permitam transições tão suaves quanto possível quando ocorrer o fim das medidas públicas de apoio à economia, assegurando simultaneamente a continuação da trajetória descendente do rácio da dívida pública/PIB.

Por sua vez, e especificamente ao nível do sistema bancário, o Banco Central Europeu (BCE) destaca a evolução favorável do rácio de NPL do setor em 2021, por via da redução do *stock*. Contudo, apesar dos sinais positivos, o impacto total da pandemia poder-se-á ainda não ter feito integralmente sentir ao nível da banca, com a sua magnitude a depender principalmente da qualidade da recuperação económica. Tanto a nível europeu como nacional, o crédito concedido tem apresentado sinais de recuperação para níveis prépandemia, impulsionado pela componente de crédito à habitação, o que aliado às valorizações presentes em alguns mercados, tem levado os reguladores a reimporem requisitos de reservas de capital aos bancos, que tinham sido flexibilizados no âmbito das medidas de mitigação do impacto da pandemia, para fazer face a eventuais desvalorizações destes ativos. Concomitantemente, o Banco de Portugal (BdP) limitou, a partir de 1 de abril de 2022, o prazo máximo para créditos à habitação em função da idade do(s) mutuário(s) para evitar que as instituições assumam riscos excessivos na concessão de crédito.

Para além do risco de correção das avaliações em alguns mercados, conforme exposto, poder-se-ão consubstanciar como riscos adicionais desafios ao modelo de negócio dos bancos, a crescente concorrência no setor num ambiente de rendibilidade reduzida, as novas e crescentes exigências de divulgação das exposições dos bancos aos setores não alinhados com os objetivos da política ambiental, social e de governança (ESG) europeia e ainda a cibersegurança.



2. Política de Investimento

O Fundo tem por objetivo proporcionar aos seus participantes uma adequada valorização do capital a médio e longo prazo, numa ótica de gestão prudente, mediante a constituição de uma carteira de ativos orientada para a aquisição de unidades de participação de fundos de investimento nacionais e internacionais e selecionada de acordo com a política de investimentos indicada, a qual visa garantir uma adequada conjugação das variáveis rendibilidade, liquidez e risco.

O fundo detém, no mínimo, 2/3 do seu valor líquido global investido em unidades de participação de outros fundos sendo o restante aplicado em meios líquidos. O Fundo visa a constituição de uma carteira dinâmica com investimento em mais de 2/3 do valor liquido global do fundo em fundos de investimento de ações de mercados emergentes, que poderá conter, igualmente, fundos de tesouraria e de obrigações, que em cada momento procurará adaptar-se às condições de investimento nos diferentes mercados internacionais, e que terá como objetivo a maximização da rentabilidade mediante uma estratégia de investimento com os riscos inerentes às ações e aos mercados emergentes. O fundo não investe em fundos cuja comissão de gestão seja superior a 2,5%.

A carteira do Fundo será constituída por fundos harmonizados, geridos por sociedades gestoras sediadas em Estados membros da União Europeia, e que obedecem à Diretiva comunitária nº 85/611/CEE, de 20 de dezembro, bem como pelos fundos geridos pela sociedade. O Fundo investirá, preferencialmente, em fundos de capitalização, não havendo lugar à distribuição de rendimentos.

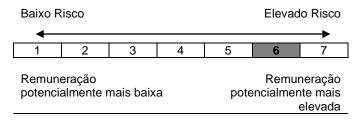
3. Rendibilidade do Fundo

A evolução da rendibilidade e risco do Fundo desde o seu início de actividade é a seguinte (anos civis):

<u>ANO</u>	Rendibilidade
2012	10.72%
2013	-7.21%
2014	7.43%
2015	-4.27%
2016	8.82%
2017	19.66%
2018	-15.35%
2019	22.59%
2020	7.58%
2021	2.43%

As rendibilidades foram calculadas baseadas no último dia útil de mercado de cada ano.

Perfil de Risco em 2021:



Os dados históricos representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



A categoria de risco indicada não é garantida e pode variar ao longo do tempo. A categoria de risco mais baixa não significa que se trate de um investimento isento de risco. O perfil de risco do Fundo apresenta oscilações que resultam da variação das unidades de participação dos fundos harmonizados em que o fundo investe. O Fundo é constituído por unidades de participação de fundos que investem em ações assim o Fundo pode apresentar oscilações significativas tendo um risco elevado pelo que ao maior risco envolvido pode estar associada uma remuneração proporcional mais alta.

4. Activos sob gestão, número/valor unitário de unidades de participação

O valor total da carteira do Fundo era, a 31 de dezembro de 2021, de 5,36 milhões de Euros.

A composição da carteira do Fundo, no final de 2021 encontra-se discriminada no Anexo 1 deste Relatório.

O número de unidades de participação em circulação, o seu valor unitário e o valor líquido global do Fundo no final de cada um dos últimos 5 anos civis, são os seguintes:

	Valor Líquido	Valor da unidade	Nº Up´s
Anos	global do fundo	de participação	em circulação
2017	6 790 131,93	57,2363	118 633,3595
2018	5 810 788,02	48,4526	119 927,3300
2019	6 218 201,58	59,3958	104 690,9138
2020	6 496 258,89	63,9044	101 655,8905
2021	5 361 596,46	65,4544	81 913,4910

5. Comissões suportadas pelos participantes do Fundo

As comissões cobradas aos participantes do Fundo são as seguintes:

- Comissão de Subscrição 0%
- Comissão de Resgate:
 - √ 2%, se o período de permanência no Fundo for inferior a 365dias;
 - √ 1%, se o período de permanência no Fundo for igual ou superior a 365 dias e inferior a 2 anos;
 - √ 0%, se o período for igual ou superior a 2 anos.

6. Custos e Proveitos do Fundo

Os Custos e Proveitos do Fundo nos três últimos anos civis são os seguintes:

	2019	2020	2021
Proveitos	2 339 057,22	2 608 479,25	2 032 652,53
Custos	1 086 659,57	2 146 725,52	1 811 464,95
Res. Líquido	1 252 397,65	461 753,73	221 187,58



Dos quais destacamos os seguintes custos suportados pelo Fundo:

Custos	2019	2020	2021
Comissão de Gestão	88 395,38	43 499,66	29 867,23
Comissão de Depósito	3 048,07	2 912,90	2 986,76
Comissão de Comercialização	0,00	40 973,36	56 747,56
Taxa de supervisão	1 268,75	1 281,25	1 268,75
Custos de auditoria	2 275,50	2 312,40	2 312,40
Comissão de carteira de títulos	259,59	1 083,47	993,39

Lisboa, 21 de fevereiro de 2022



BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

•	ATIVO							PASSIVO	•	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Período N			Per.N -1	CÓDIGO	DIGO DESIGNAÇÃO		os	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido			N	N-1
	CARTEIRA DE TÍTULOS							CAPITAL DO OIC		
	OBRIGA ÇÕES						61	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	4 095 674,91	
	AÇÕES						62	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-1 122 378,48	
	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL						64	RESULTADOS TRANSITADOS	2 167 112,45	1 705 358,72
	UNIDA DES DE PARTICIPAÇÃO	3 489 602,57	1 496 713,32	9 724,27	4 976 591,62	5 924 827,88	65	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS		
	DIREITOS									
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA						66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	221 187,58	
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	3 489 602,57	1 496 713,32	9 724,27	4 976 591,62	5 924 827,88		TOTAL DO CAPITAL DO OIC	5 361 596,46	6 496 258,89
	OUTROS ATIVOS						48	PROVISÕES ACUMULADAS		
31	OUTROS ATIVOS						481	PROVISÕES PARA ENCARGOS		
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS							TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS	0,00	0,00
	TERCEIROS							TERCEIROS		
411++418	CONTAS DE DEVEDORES						421	RESGATES A PAGAR AOS PARTICIPANTES		
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422	RENDIMENTOS A PAGAR AOS PARTICIPANTES		
	DISPONIBILIDADES						423	COMISSÕES A PAGAR	8 418,50	9 826,51
11	CAIXA						424++429	OUTRAS CONTAS DE CREDORES	675,91	
12	DEPÓSITOS À ORDEM	390 004,14			390 004,14	581 502,18	43+12	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO	•						TOTAL DOS VALORES A PAGAR	9 094,41	10 607,65
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO								,	
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS									
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	390 004,14			390 004,14	581 502,18	1	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	,			,	, ,	55	A CRÉSCIMOS DE CUSTOS		
	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	4 095.11			4 095.11	536.48		RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO		
-	DESPESAS COM CUSTO DIFERIDO	. 000,11					58	OUTROS A CRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
-	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						59	CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS		
	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS						35	3		
33	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	4 095.11			4 095.11	536.48	1	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	0.00	0,0
	TOTAL DOG AGILLOGIVIOS E DII LINIVILINIOS ATIVOS	+ 093,11			7 093,11	330,46	1	TOTAL DOG AGNESORIVOS E DII ENIVIENTOS FASSIVOS	0,00	0,0
	TOTAL DO ATIVO	2 002 701 02	1 496 713,32	9 724,27	5 370 600 97	6 506 866,54	1	TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO	5 370 600 97	6 506 866,5
	TOTAL DO ATIVO	3 003 /01,82	1 480 / 13,32	9 124,21	3 370 090,87	0 300 600,54	1	TOTAL DO CAPITAL EDO PASSIVO	3 370 090,87	0 300 600,5
	I Total do Número de Unidades de Participação				81 913 4910	101 655,8905	Valor I Initár	I io da Unidade de Participação	65,4544	63,904

Abreviaturas: Mv - Mais Valias; mv - Menos Valias; P - Provisões

O Responsável pela Contabilidade	O Responsável pela Gestão

11



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	CUSTOS E PERDAS	Perío	do		PROVEITOS E GANHOS	Perío	do
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	N	N-1	CÓDIGO	CÓDIGO DESIGNAÇÃO		N-1
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS:				JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS:		
712+713	Da carteira de Títulos e Outros Ativos			812+813	Da carteira de Títulos e Outros Ativos		
711+714+717+718	De Operações Correntes		86,52	811+814+817+818	Outras, de Operações Correntes		26,23
719				819	De Operações Extrapatrimoniais		
	COMISSÕES E TAXAS				RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
722+723	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	993,39	1 083,47	822++824/5	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	21 793,94	19 292,60
724++728	Outras, de Operações Correntes	87 424,08	85 306,18	829	De Operações Extrapatrimoniais		
729	De Operações Extrapatrimoniais				GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS		
	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS			832+833+837	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	1 753 792,94	2 566 848,10
732+733	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	1 714 469,95	1 805 956,04	831+838	Outras, de Operações Correntes		
731+738	Outras, de Operações Correntes			839	De Operações Extrapatrimoniais	235 290,74	0,00
739	De Operações Extrapatrimoniais		245 841,44		REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES		
	IMPOSTOS			851	Provisões para encargos		
7411+7421	Imposto sobre e Rendimento						
7412+7422	Impostos Indiretos	6 265,13	6 139,47				
7418+7428	Outros Impostos						
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO						
751	Provisões para encargos			87	OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	21 774,91	22 312,32
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	2 312,40	2 312,40				
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)	1 811 464,95	2 146 725,52				
	CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS				TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)	2 032 652,53	2 608 479,25
781	Valores incobráveis						
782	Perdas extraordinárias				PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS		
783	Perdas imputáveis a Exercícios Anteriores			881	Recuperação de Incobráveis		
788	Outros Custos e Perdas Eventuais			882	Ganhos Extraordinários		
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)	0,00	0,00	883	Ganhos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
	,			884888	Outros Ganhos Eventuais		
63	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO				TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)	0,00	0,00
	,				, ,		,
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)	221 187,58	461 753,73	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		
	TOTAL	2 032 652,53	2 608 479,25	Ī	TOTAL	2 032 652,53	2 608 479,25
		1					
(8x2/3/4//5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	60 123,54	779 101,19		Resultados Eventuais	0,00	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	235 290,74	-245 841,44		Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento	227 452,71	467 893,20
B-A	Resultados Correntes	221 187,58	461 753,73	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	221 187,58	461 753,73

O responsável pela Contabilidade	O responsável pela Gestão

12



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

Discrimina a Sanda a Flores	Per	íodo	Período		
Discriminação dos Fluxos		a 2021-12-31	De 2020-01-01		
ODEDAÇÕES SODDE AS LINIDADES DO OIC					
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC					
RECEBIMENTOS					
Subscrição de unidades de participação	1 766 997,81		1 519 821,51		
Comissão de resgate	21 774,91		22 312,32		
		1 788 772,72		1 542 133,83	
PAGAMENTOS	2 422 047 04		1 702 517 04		
Resgates de unidades de participação	3 122 847,81	3 122 847,81	1 703 517,94	1 703 517,94	
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		-1 334 075,09		-161 384,11	
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E					
OUTROS ATIVOS					
RECEBIMENTOS					
Venda de títulos e outros ativos	1 997 038,92		925 997,29		
Rendimento de títulos e outros ativos	18 469,89		17 559,93		
Out.Receb.Cart.Tít.	0,25	2 015 509,06	0,29	943 557,51	
PAGAMENTOS		2 0 15 509,00		943 337,31	
Compra de títulos e outros ativos	725 579,72		173 306,14		
Comissões de corretagem	376,01		125,15		
Outras taxas e comissões	617,63		958,61		
	211,00	726 573,36	555,51	174 389,90	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		1 288 935,70		769 167,61	
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS					
RECEBIMENTOS	4 000 074 70		004 000 47		
Operações Cambiais	1 026 271,73		601 390,17		
Outros recebimentos op. a prazo e de divisas		1 026 271,73		601 390,17	
PAGAMENTOS		1 020 21 1,7 3		001 330,17	
Operações Cambiais	1 075 115,53		550 381,92		
	,	1 075 115,53		550 381,92	
Fluxo das operações a prazo e de Divisas		-48 843,80		51 008,25	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE					
RECEBIMENTOS					
Juros de Depósitos Bancários	0,00		28,89		
Sanda de Beperios Bandanes	0,00	0,00	20,00	28,89	
PAGAMENTOS		,,,,,		-,	
Comissão de Gestão	30 332,38		48 483,28		
Juros Disp. / Emprest.	0,00		86,52		
Comissão de Comercialização	57 631,40		35 596,98		
Comissão de Depósito	3 033,32		2 899,29		
Impostos e taxas	4 205,35		3 959,96		
Outros pag. Operações correntes	2 312,40		2 293,95		
Fluxo das operações de Gestão Corrente		97 514,85 -97 514,85		93 319,98	
OPERAÇÕES EVENTUAIS					
C. 13.3015 EVENTONIO					
RECEBIMENTOS					
Out. Receb. Oper. Eventuais					
		0,00		0,00	
Fluxo de operações Eventuais		0,00		0,00	
Soldo dos Eluvos do Caivo do Paríada		104 409 04		EGE 500.00	
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período Disponibilidades no Início do Período		-191 498,04 581 502 18		565 500,66 16 001 53	
Disponibilidades no Fim do Período		581 502,18 390 004,14		16 001,52 581 502,18	
	•	000 004,14	1	JU 1 JUZ. 10	

O RESPONSÁVEL PELA
CONTABILIDADE

O RESPONSÁVEL PELA GESTÃO



DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Montantes expressos em Euros - €)

INTRODUÇÃO

O Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções (Fundo), iniciou a sua actividade em 8 de maio de 2006. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objectivo proporcionar aos seus participantes uma adequada valorização do capital a médio e longo prazo, numa óptica de gestão Mercados Emergentes, mediante a constituição de uma carteira de activos orientada para a aquisição de unidades de participação de Fundos de investimento nacionais e internacionais.

O Fundo visa a constituição de uma carteira Mercados Emergentes de Fundos de tesouraria, obrigações e acções, nacionais e internacionais, a partir de uma estrutura de base, que em cada momento procurará adaptar-se às condições de investimento nos diferentes mercados.

De acordo com o regulamento de gestão, os rendimentos do Fundo não são distribuídos, sendo incorporados no valor da unidade de participação.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de entidade comercializadora e de banco depositário são exercidas pela Caixa Económica Montepio Geral.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Fundos de Investimento Mobiliário. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Nota 1 - Quadro 1 - CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, desmaterializadas, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam, com um valor inicial mínimo de € 10,00.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante o exercício de 2021 apresenta o seguinte detalhe:

							(Valores em €)
						Resultados	
	Saldo em			Distribuição	Outros	do	Saldo em
Descrição	31-12-2020	Subscrições	Resgates	de Resultados		Exercício	31-12-2021
Valor base	5 082 794.58	1 294 853.38	2 281 973.05				4 095 674.91
Diferença p/ Valor Base	(753 648,14)	472 144.43	840 874.77				(1 122 378,48)
Resultados distribuídos	(755 040, 14)	472 144,43	040 074,77				(1 122 370,40)
Resultados acumulados	1 705 358,72				461 753,73		2 167 112,45
	•						,
Resultados do período	461 753,73				(461 753,73)	221 187,58	221 187,58
	6 496 258,89	1 766 997,81	3 122 847,82	0,00	0,00	221 187,58	5 361 596,46
Nº unidades de participação	101 655,8905	25 897,0645	45 639,4640				81 913,4910
Valor da unidade de participação	63,9044	68,2316	68,4243				65,4544



Nota 1 - Quadro 2

O número de participantes por escalões em 31 de dezembro de 2021 apresenta o seguinte detalhe:

Nº Participantes por escalão

Escalões	Nº Participantes
Ups ≥ 25%	0
10% ≤ Ups < 25%	0
5% ≤ Ups < 10%	1
2% ≤ Ups < 5%	3
0,5% ≤ Ups < 2%	30
Ups < 0,5%	949

Nota 1 - Quadro 3

A evolução trimestral do valor do Fundo e do valor da unidade de participação no exercício de 2019 e 2021, foram as seguintes:

Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up′s em circulação
		_	
março	6 362 481,21	67,7718	93 880,9100
junho	5 477 648,75	69,6831	78 608,0029
setembro	5 367 132,68	66,3178	80 930,4618
dezembro	5 361 596,46	65,4544	81 913,4910
março	4 353 161,29	44,6978	97 390,9765
junho	5 129 529,93	52,1526	98 356,2041
setembro	5 464 413,52	55,0098	99 335,2995
dezembro	6 496 258,89	63,9044	101 655,8905
março	6 114 740,20	53,4840	114 328,3793
junho	6 109 773,83	54,4402	112 229,1870
setembro	6 161 541,79	54,5954	112 858,2078
dezembro	6 218 201,58	59,3958	104 690,9138
	março junho setembro dezembro março junho setembro dezembro março junho setembro	Mêsglobal do Fundo em €março6 362 481,21junho5 477 648,75setembro5 367 132,68dezembro5 361 596,46março4 353 161,29junho5 129 529,93setembro5 464 413,52dezembro6 496 258,89março6 114 740,20junho6 109 773,83setembro6 161 541,79	Mês global do Fundo em € de participação em € março 6 362 481,21 67,7718 junho 5 477 648,75 69,6831 setembro 5 367 132,68 66,3178 dezembro 5 361 596,46 65,4544 março 4 353 161,29 44,6978 junho 5 129 529,93 52,1526 setembro 5 464 413,52 55,0098 dezembro 6 496 258,89 63,9044 março 6 114 740,20 53,4840 junho 6 109 773,83 54,4402 setembro 6 161 541,79 54,5954



Nota 2 - Quadro 1

No exercício de 2021, as transações de valores mobiliários efetuados pelo Fundo apresentaram a seguinte composição:

	Compras (1) €		Venda	s (2) €	Total (1)+(2) €		
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	
Unidades de Participação	223 893,29	499 838,70	167 154,20	1 781 575,60	391 047,49	2 281 414,30	

Nota 2 - Quadro 2

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram cobradas para o Fundo as seguintes comissões de subscrição e resgate:

		Comissões Cobradas
	Valor €	em €
Subscrições	1 766 997,81	Isento
Resgates	3 122 847,81	21 774,91



Nota 3 - Quadro 1 - Inventário da Carteira de Títulos

A carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2021 tem a seguinte composição:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA

em 31 de dezembro de 2021

Montepio Multi Gestão Merc. Emer					,	Valores em EURO)
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1 - VALORES MOBILIÁRIOS COTADO	os					
1.3 - Merc Cot. Ofic. B.V. Estados	Membros UE					
1.3.6 - UPs de fundos de inves	stimento fechados	5				
XTrac MSCI EMG MRKTS	223 893		-9 724.27	214 169.02		214 169.02
Sub-Total:	223 893	0.00	-9 724.27	214 169.02	0.00	214 169.02
3 - UPS DE ORGANISMOS INVEST.C	OLECTIVO (OIC)					
3.2 - OIC domiciliados num Estad	o-membro da UE					
MS Latin American \$	116 170	6 022.25		122 192.52		122 192.52
Mellon Asian €	101 205	112 643.76		213 849.06		213 849.06
HSBC GL Emerg Mkts \$	139 419	38 546.93		177 966.18		177 966.18
BGF Emerg Europe A2	46 313	5 541.20		51 854.04		51 854.04
BGF Asian Dragon A2\$	141 737	74 173.98		215 911.05		215 911.05
BGF Emerg Mkts A2\$	326 109	169 609.43		495 718.03		495 718.03
MS Sustainabl Asian\$	151 719	67 118.18		218 836.84		218 836.84
MS Emerg Mkts \$	129 785	34 235.31		164 020.27		164 020.27
MS Emerg Eur ME NA €	167 498	90 862.08		258 360.48		258 360.48
Schroder Emrg Asia \$	127 110	144 495.45		271 605.18		271 605.18
Schroder Emerg Eur €	30 693	21 826.37		52 519.49		52 519.49
Schroder Emerg Mkt \$	335 977	131 101.89		467 078.58		467 078.58
Fidelity Emerg Mkt \$	278 924	207 280.23		486 204.40		486 204.40
HSBC ASIA EXJPN ACO	216 130	53 472.91		269 602.56		269 602.56
FRANK-INDIA F-W H1 A	132 301	86 030.82		218 332.28		218 332.28
AMUNDI-EQ EM FCS-AEC	162 825	54 796.89		217 621.85		217 621.85
PICTET-EMERG MKT-HIE	418 942	108 834.45		527 776.63		527 776.63
PICTET-ASIA EQJP-HIE	193 539	69 570.66		263 109.18		263 109.18
PICTET-RUSSI EQT-HIA	49 313	20 550.53		69 863.98		69 863.98
Sub-Total:	3 265 709	1 496 713.32	0.00	4 762 422.61	0.00	4 762 422.61
Total	3 489 603	1 496 713.32	-9 724.27	4 976 591.63	0.00	4 976 591.63



Nota 3 - Quadro 2

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o exercício de 2021 foi o seguinte:

				(Valores em €)
CONTAS	SALDO	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO
	31-12-2020			31-12-2021
Caixa				
Depósitos à ordem	581 502,18			390 004,14
Depósitos a prazo e com pré-aviso				
Certificados de depósito				
Outras contas de disponibilidades				
Total	581 502,18			390 004,14

Nota 4 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

1. Valorização dos ativos

1.1. Momento de referência da valorização

- 1.1.1.O valor da unidade de participação é calculado diariamente, nos dias úteis, e determinase pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- 1.1.2. O momento do dia relevante para efeitos da valorização dos activos que integram o património do Fundo será as 17 horas de Lisboa.
- 1.1.3. O momento do dia relevante para a determinação da composição da carteira será o mesmo do parágrafo anterior, tendo em conta todas as transacções efectuadas até esse momento.

1. 2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

O critério para a valorização das unidades de participação será o da última cotação ou avaliação disponível no momento do dia relevante.

2. Comissões e encargos a suportar pelo Fundo

2.1. Comissão de gestão

Pelos serviços prestados pela Sociedade Gestora, esta terá direito a uma comissão de gestão, de 1,450% anual, calculada diariamente sobre o valor global do Fundo, e paga mensalmente.

2.2. Comissão de depósito

Pelo exercício das suas funções, a entidade depositária terá direito a uma comissão de depósito de 0,050% anual, calculada diariamente sobre o valor global do Fundo, e cobrada mensalmente.



2.3. Outros encargos

- 2.3.1. Não existem comissões de subscrição, nem de resgate, nos Fundos nos quais o Fundo pretender investir.
- 2.3.2. Os Fundos nos quais o Fundo pretende investir suportam comissões de gestão e de depósito.
- 2.3.3. Em média, os Fundos de ações que irão constituir a carteira do Fundo, suportam uma comissão total de gestão e de depositário compreendida entre 1% e 2%.
- 2.3.4. É devida à CMVM uma taxa de supervisão imputada diariamente ao Fundo e cobrada mensalmente.
- 2.3.5. As despesas com auditorias externas e revisores oficiais de contas, exigidas pela lei em vigor, constituem também encargos do Fundo.
- 2.3.6. É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do Fundo

3. Política de rendimentos

O Fundo é um Fundo de capitalização, pelo que não distribui rendimentos, sendo os mesmos incorporados no valor da unidade de participação.

Nota 5 – Os resultados obtidos pelo Fundo no exercício de 2021, apresentaram a seguinte composição:

		Proveitos e ganhos (Valores em €)								
	Ga	anhos de capit	al	Ganho	s com carácter	de juro				
	Mais v	/alias		Juros	Juros	Rendimento				
Natureza	Potenciais	Efetivas	Soma	Vencidos	Corridos	de títulos	Soma			
Operações à vista Unidades Participação Depósitos Outros ativos	1 036 064,98	717 727,96	1 753 792,94			21 793,94	21 793,94			
Operações a prazo Cambiais Forw ards	235 290,74		235 290,74							

	Custos e perdas (Valores em €)								
	Pe	erdas de capita	al	Juros e c	Juros e comissões suportados				
	Menos	valias		Juros Vencidos	Juros				
Natureza	Potenciais	<u>Efetivas</u>	Soma	e comissões	Corridos	Soma			
Operações à vista									
Unidades Participação	1 712 374,35	2 095,60	1 714 469,95						
Depósitos									
Operações a prazo									
Cambiais									
Forw ards									
Comissões									
De gestão				28 718,49		28 718,49			
De comercialização				54 564,96		54 564,96			
De depósito				2 871,88		2 871,88			
Da carteira títulos				993,39		993,39			
Taxa de supervisão				1 268,75		1 268,75			



Nota 9 - Impostos e taxas

Em conformidade com o artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos e mais - valias obtidos pelos Fundos de Fundos em unidades de participação de Fundos de investimento mobiliário são tributados da seguinte forma:

No exercício de 2021, os montantes registados nesta rubrica da demonstração de resultados apresentam a seguinte composição de acordo com o tipo de rendimento gerador de tributação:

 IRC - Lucro Tibutável
 0,00

 Imposto de selo
 6 265,13

 6 265,13

• Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC")

O Fundo é tributado, à taxa geral de IRC (21%), sobre o seu lucro tributável, o qual corresponde ao resultado líquido do exercício, deduzido dos rendimentos (e gastos) de capitais, prediais e mais-valias obtidas, bem como dos rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam a seu favor.

O Fundo está, ainda, sujeito às taxas de tributação autónoma em IRC legalmente previstas, mas encontra-se isento de qualquer derrama estadual ou municipal.

Adicionalmente, pode deduzir os prejuízos fiscais apurados aos lucros tributáveis, caso os haja, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores. A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

· Imposto do Selo

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do Fundo, à taxa de 0,0125%

Nota 11 - EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de Dezembro de 2021 o Fundo detinha as seguintes posições em moeda estrangeira:

	Posição		Posição	a prazo		Total a	Posição
Moeda	à vista	Futuros	Forwards	Swaps	Opções	prazo	Global
USD Dólar americano	2 966 883,14						2 966 883,14
Contravalor em Euros	2 619 533,05						2 619 533,05



Nota 15 - DIVERSOS CUSTOS IMPUTADOS AO FUNDO EM DEZEMBRO DE 2021

Os diversos custos imputados ao Fundo em 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

Custos imputados ao Fundo em 2021	Valor (em Euros)	Percentagem de VLGF (1)	
Comissão de Gestão	29 867,26	0,52%	
Componente Fixa	29 867,26	0,52%	
Componente Variável	0,00	0,00%	
Comissão de Comercialização	56 747,58	0,99%	
Comissão de Depósito	2 986,75	0,05%	
Taxa de supervisão	1 268,75	0,02%	
Custos de auditoria	2 312,40	0,04%	
Imposto do selo aplicável ao Fundo	2 818,87	0,05%	
Total	96 001,61	1,67%	
TEC médio outros OIC's		1,31%	
Taxa Encargos Correntes(TEC)		2,98%	

⁽¹⁾ Média relativa ao período de referência.

Nota 16 - Remunerações pagas pela Sociedade aos colaboradores da MGA em 2021

Remunerações	Valor Eur
Órgãos Sociais	187 220,00 €
Conselho Fiscal	14 032,00 €
Colaboradores (média 13)	509 255,00 €

Nota 17 - COVID-19 - Impactos no OIC

Na sequência do surto pandémico Covid-19, o Conselho de Administração da sociedade gestora do Fundo ativou o plano de contingência e tomou um conjunto de medidas tendentes à minimização dos riscos resultantes do desenvolvimento da pandemia. Não sendo possível prever os efeitos que possam advir da evolução da pandemia, nomeadamente no que se refere à atividade económica, o Conselho de Administração da Sociedade Gestora considera que as atuais circunstâncias excecionais decorrentes da pandemia não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.



Tel: +351 217 990 420 Fax: +351 217 990 439 www.bdo.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções (adiante também designado por Fundo), gerido pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (adiante também designada por Entidade Gestora), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 5 370 691 euros e um total de capital do fundo de 5 361 596 euros, incluindo um resultado líquido de 221 188 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Matéria relevante de auditoria Síntese da resposta de auditoria 1. Valorização dos ativos mobiliários A carteira de títulos corresponde a cerca de 93% Testes substantivos para validação da do ativo, sendo a sua valorização diária valorização dos títulos em carteira e do cálculo determinada pela cotação dos respetivos títulos das respetivas mais e menos-valias potenciais, em carteira, representando as menos-valias e com base nas cotações ou nos valores mais-valias potenciais uma parte significativa dos patrimoniais divulgados pelas respetivas custos e proveitos reconhecidos no exercício. entidades gestoras. Assim, a verificação das cotações ou do valor patrimonial das unidades de participação constitui uma área significativa de auditoria. Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos na nota 4 das divulgações às demonstrações financeiras. 2. Cumprimento de regras e limites legais e regulamentares A confirmação do cumprimento das regras e Principais procedimentos de auditoria efetuados: limites previstos no Regime Geral dos Organismos (i) Análise dos procedimentos de monitorização de Investimento Coletivo, nos Regulamentos da do cumprimento das regras e limites legais e CMVM e no Regulamento de Gestão do Fundo regulamentares e do cumprimento das políticas assume uma particular importância na auditoria, de investimento estabelecidas no Regulamento com potencial impacto na autorização do Fundo e de Gestão do Fundo. na continuidade das suas operações. (ii) Recálculo dos limites legais e regulamentares; (iii) Verificação do impacto de eventuais situações de incumprimento, incluindo a análise

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

das correspondentes comunicações com a CMVM.

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias



- relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos nomeados auditores do Fundo, pela Entidade Gestora, para um primeiro mandato compreendido entre 2014 e 2015, para um segundo mandato compreendido entre 2016 e 2019 e para um terceiro mandato compreendido entre 2020 e 2022;
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora em 16 de março de 2022;
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços distintos da auditoria proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria;
- (v) Informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.



Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- (iii) O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (iv) O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 16 de março de 2022

Ana Gabriela Barata de Almeida,

(ROC n° 1366, inscrita na CMVM sob o n° 20160976)

Labajela de Almeido

em representação de

BDO & Associados - SROC